



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

julho a setembro de 2006

Ano 31 – Nº 184

Brasil: “na força da indignação, sementes de transformação”

*No dia 7 de setembro,
milhares de brasileiros foram
às ruas em todo o país pelo
direito à alimentação, ao
trabalho e pelas reformas
agrária e urbana, durante o
12º Grito dos Excluídos,
págs 8 e 9*

Povos do campo fazem seminário para
discutir a realidade agrária, [pág. 6](#)

25 de julho: dia de luta e de luto, [pág 14](#)

Legislativo brasileiro está em crise, [pág 15](#)

OPINIÃO

Em vésperas de eleições, alguns desafios se apresentam para as famílias do campo, veja quais são na opinião de Horácio Martins e Bernardo Mançano:

“...é perceber que as soluções para os seus problemas não nascerão das políticas públicas, mas, sobretudo, das suas lutas sociais de massa contra aqueles que os exploram: os grandes capitalistas e os latifundiários. É construir a unidade camponesa com os trabalhadores rurais assalariados e, num passo adiante, com os trabalhadores assalariados da cidade”, Horácio Martins, assessor do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)



“...temos alguns desafios, como por exemplo, o desemprego estrutural por causa do desenvolvimento tecnológico na agricultura e as péssimas condições de trabalho para os que ainda conseguem emprego. Ainda (...) temos outros desafios, como a reforma agrária, a resistência na terra, o desenvolvimento tecnológico da agroecologia camponesa”, Bernardo Mançano, professor da Universidade Estadual de São Paulo

Pé na Terra...

Esse é o nome do jornal produzido pela Escola de Jovens Rurais e a CPT da Diocese de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Com oito páginas, a publicação traz informações sobre agroecologia, sementes crioulas e o cotidiano da comunidade e da Escola. “Pé na Terra...” é elaborado pelos agentes da CPT, Maurício Queiroz e Oldi Helena Jantsch; pelo estagiário alemão, Patrick Thorwarth; pelos jovens que cursam ou saíram da EJR e pelas comunidades da região. O e-mail para contatos é penaterra@ibest.com.br.

Açúcar e álcool a preço de sangue e sonhos

A realidade dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar no nordeste brasileiro foi retratada no documentário “Tabuleiro de cana, xadrez de cativo”, de 35 minutos, produzido pela CPT Alagoas. O roteiro do vídeo foi elaborado por Thalles Gomes, Carlos Lima e Lilian Nunes e a direção é de Thalles. A trilha sonora foi produzida especialmente para o documentário e é assinada pelos músicos Jurandir Bozo e Wilbert Fialho, da Banda Poeira Nordestina.

Através de depoimentos dos próprios trabalhadores, o vídeo revela as condições degradantes de trabalho e a escravidão nas usinas de açúcar e álcool. Em Alagoas, o trabalho clandestino é uma prática ilegal ainda muito utilizada nos canaviais. Na tentativa de burlar as leis trabalhistas, as usinas atribuem as responsabilidades aos empreiteiros, o que dificulta a aplicação das penalidades e desvia o foco dos verdadeiros respon-



sáveis por essas violações. O documentário pode ser adquirido na CPT Alagoas (82 3221-8600).



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.

www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Maristela Vitória
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Maristela Vitória (Reg. Prof. 98004/197 – GO)

Diagramação
Carla de Abreu

Impressão
Gráfica Moura

APOIO

eed
Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo

SJ Prov Merid Brird
Associação Antônio Vieira

MZF
Missiononzentrale der Franziskaner e. V.

REDE DE COMUNICADORES DA CPT

Ana Maria Gallazzi, Pe. Flávio Lazzarin, Hamilton Reis, Jefferson Carneiro da Silva, Jelson de Oliveira, Vanduir Matias Deters, Juvenal José da Rocha, Luiz Antônio Pasinato, Marilene Aparecida Ferreira, Marcos Lemke, Marcionília Filgueira, Maria Alves Lima, Maria da Conceição, Maria dos Anjos Rodrigues Sousa, Roberto Malvezzi, Valdevino Santiago.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.
Informações canuto@cptnacional.org.br

ASSENTAMENTO SERRA DO PARAÍSO - ALAGOAS

História de luta

A luta começou em 1974, com a chegada dos freis Afonso e Angelino, que traziam do exterior as primeiras sementes para a pequena comunidade do Tabuleiro. Numa terra castigada pela seca, a fome era comum em cada cidade do sertão alagoano naquele período. O abandono das famílias camponesas pelo Estado e a ação dos “coronéis” dificultavam ainda mais a vida dos trabalhadores rurais do sertão que precisavam superar as dificuldades trazidas pela estiagem.

MARIA HELENA GONÇALVES DOS SANTOS
E LILIAN NUNES

Nessa realidade de sofrimento e esperança, todos os domingos, cerca de cinquenta crianças e adolescentes se reuniam para a catequese. Entre um canto e outro, os pequeninos eram despertados para a importância da organização: “Somos gente nova vivendo a união, somos povo, semente de uma nova nação”. Com a ajuda dos freis, da irmã Gedalva e de alguns trabalhadores mais conscientes dos seus direitos, o grupo criou o movimento Fogo Apagado, que começou uma campanha por alimentos para as famílias mais carentes da região.

“Depois da campanha para conseguir cestas básicas, nós começamos a lutar por água e a comunidade passou a se envolver mais”, conta dona Helena Gonçalves, da comunidade Tabuleiro,

CPT Alagoas



D. Helena Gonçalves da comunidade Tabuleiro

hoje Assentamento Serra do Paraíso, no município de Água Branca, AL. “Nessa época tivemos a idéia de criar um poço artesiano na Serra, onde a gente trabalhava, mas precisávamos de dinheiro para comprar os equipamentos. O negócio deu certo e fizemos tudo em mutirão. Para colocar o poço em funcionamento, nós criamos um banco de sementes, foi a nossa alternativa para conseguir dinheiro. Uma idéia que deu certo”, completa.

Em 1984, aproximadamente 45 famílias moravam e trabalhavam na comunidade do Tabuleiro, cada uma arrendava um pedaço de chão para plantar e garantir o sustento. Nesse mesmo ano, para grande susto das famílias, que estavam na propriedade há mais de cinquenta anos, surgiu um interesse na compra da terra. Para onde ir se a propriedade for mesmo vendida? Essa pergunta inquietava as famílias e logo foi respondida por frei Afonso, que explicou para todos da comunidade que eles tinham direito a permanecer na terra – USUCAPIÃO: um direito de posse adquirido pelo longo uso de um bem ou de uma propriedade. Como a área estava abaixo do módulo fiscal, cabia ao Governo do Estado a regularização da posse. Com essas informações em mãos, as famílias se cadastraram junto ao Instituto de Terras de Alagoas, no entanto, o governo não resolveu o conflito. Após muitas mobilizações e organização dos camponeses, o Instituto de Colonização e



Reforma Agrária (INCRA) adquiriu a propriedade por compra direta. Até o assentamento das famílias, o processo ficou 11 anos no INCRA

A consciência do direito à propriedade uniu os posseiros do Tabuleiro, numa luta que se fortaleceu em 1991, com a criação da Associação dos Pequenos Produtores da Serra do Paraíso e do Tabuleiro. No entanto, a regularização da área só foi efetivada dez anos depois, em 2001.

Atualmente as famílias estão recebendo os recursos para a reforma das casas. O assentamento foi criado há apenas cinco anos e somente em 2003 foram liberados os primeiros créditos. Nenhum projeto de incentivo à produção foi desenvolvido no assentamento. “Precisamos de uma casa de farinha porque temos muita mandioca aqui. Já fizemos o pedido ao INCRA há oito anos e até agora nunca tivemos resposta”, desabafa dona Helena, numa

crítica ao Governo Federal e à falta de apoio ao assentamento.

A criação do Banco de Sementes, há mais de 20 anos foi determinante para a resistência das famílias no Tabuleiro. Atualmente a articulação para a preservação da semente nativa reúne cerca de 300 trabalhadores em Água Branca e outras dez cidades do sertão.

Em Alagoas, milhares de famílias foram expulsas das terras onde moravam há décadas, muitas dessas tiveram todos os seus direitos negados. Na pequena comunidade do Tabuleiro mais um grupo de trabalhadores resiste, graças à sua coragem e ao apoio de leigos, padres e religiosas que atuaram na conscientização dos posseiros quanto aos seus direitos de permanecer na terra.

A semente plantada em 1974 continua germinando.



CPT Minas Gerais



PM de Minas age como "capitão do mato" com quilombolas

Em junho, entidades e movimentos sociais produziram uma nota pública em repúdio à ação desumana da Polícia Militar de Minas Gerais. Na madrugada do dia 7, 30 famílias de quilombolas foram despejadas de forma violenta e sem ordem judicial de uma área que ocuparam no município de Porteirinha. Os policiais, os novos "capitães do mato", levaram nove quilombolas, algemados, para o Batalhão. Lá, os presos foram expostos, como animais, aos fazendeiros. Só depois foram levados à delegacia. Durante o despejo, as mulheres e crianças também tiveram que suportar a zombaria dos policiais e dos fazendeiros.

Os remanescentes de quilombo sofrem com o descaso dos governos Federal e Estadual, que não fazem a regularização de suas terras. Mas os quilombolas resistem e se organizam. Para debaterem as formas de luta pela conquista de seus territórios eles realizaram o I Encontro dos Quilombolas do Norte de Minas, realizado nos dias 6 e 7 de junho, em Montes Claros, com a participação de 250 quilombolas de toda a região.

Livro analisa inclusão libertadora das CEBs

CEBs: Nos trilhos da inclusão libertadora é o título do livro que foi lançado em maio, no Espírito Santo. Escrito por Dirceu Benincá e Antônio Alves de Almeida, a obra é o resultado de uma ampla pesquisa desenvolvida durante o Encontro Intercontinental das Comunidades Eclesiais de Base e o 11º Encontro de CEBs, realizados em julho de 2005, respectivamente em Cariacica, ES, e Ipatinga, Minas Gerais. O livro pode ser adquirido nas livrarias Paulus.

O trabalho se propõe a animar e fortalecer a caminhada das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no atual contexto social e eclesial, marcado por inúmeros desafios e conflitos. Elas seguem tendo, como sempre tiveram, uma importância significativa no sentido de contribuir com a reflexão e a prática articulada entre fé e política; espiritualidade libertadora e o compromisso de transformação social. Os autores são mestrandos em Ciências Sociais pela PUC/SP.

CETA promoveu I Feira da Reforma Agrária na Bahia

Cerca de 250 camponeses vindos das áreas de assentamentos das regiões de Bonfim, Jacobina e Cansanção, Bahia, participaram da I Feira Regional da Reforma Agrária, realizada de 24 a 25 de julho, na cidade de Itiuba. O evento foi organizado pelo movimento CETA (Movimento de Trabalhadores Acampados e Assentados da Bahia), com o apoio da Cáritas e CPT Bonfim. Durante a feira foram realizadas oficinas que trataram de temas como Reforma Agrária; Agroecologia no semi-árido e Relações Sociais de Gênero.

Conquista da terra em Alagoas

Depois de oito anos acampadas, sofrendo violência, as famílias que ocuparam a fazenda Flor do Bosque comemoraram a conquista da terra no dia 26 de julho. A compra da área foi concretizada pelo governador Luís Abílio depois que os trabalhadores sem terra fizeram bloqueios na BR-101, um no dia 19 de junho e outro em 5 de julho. As famílias, acompanhadas pela CPT, se reuniram com representantes do governo e do Incra, no dia 7 de julho, para a regularização da propriedade, criando o assentamento. Agora aguardam a liberação dos créditos agrícolas e de habitação.



CPT Nacional

Administradores e contadores da CPT realizaram encontro em Goiás

A troca de informações na área contábil e administrativa marcou o II Encontro Nacional de Administradores e Contadores, realizado de 7 a 9 de junho, em Goiânia, Goiás. Houve a participação de 40 agentes da CPT que atuam na área. Os principais temas tratados foram ética, espírito de militância, trabalho em equipe, gestão de projetos, auditorias e plano de contas. Para auxiliar nas práticas rotineiras foi produzida uma apostila de orientações. Duran-

te o encontro, contribuíram o assessor da Misereor no Brasil, Adriano Michelon; e o sócio da DCA Auditores Independentes S/S, Valdir Mendonça Alves. Os demais temas foram apresentados pela equipe da Secretaria Nacional – David Aquino, Maria Cristina, Elídia Aguirre e Marisa Soares – com a colaboração de Juvenal Rocha, da coordenação nacional; Isidoro Revers, agente da CPT, e o Grupo de Administração e Projetos (GAP).

Projeto quer instituir Dia do Pescador

As deputadas Luci Choinacki e Selma Schons protocolaram, no dia 29 de junho, na Câmara, em Brasília, DF, um Projeto de Lei que institui o 29 de junho como o Dia Nacional do Pescador. A data, segundo elas, é culturalmente conhecida como o dia do pescador. "É Dia de São Pedro, o apóstolo do pescador e que também é padroeiro dos pescadores", completa Luci.

Secretaria Nacional da CPT investe em formação interna

Com objetivo de discutir os temas trabalhados pela CPT, as equipes de documentação, comunicação e administração da Secretaria Nacional se reuniram, ainda em 2005, e produziram um projeto de formação interna, chamado Diálogos e Saberes. O primeiro encontro foi realizado no dia 30 de setembro de 2005, com a ajuda de Antônio Canuto, secretário da coordenação, se discutiu o tema Agronegócio. Em 16 de novembro, o debate foi sobre Reforma Agrária no Brasil, com a contribuição de Isidoro Revers, agente da CPT.

Esse ano, os colaboradores da Secretaria Nacional se reuniram para discutir a transposição do rio São Francisco, com o auxílio de Roberto Malvezzi, agente da CPT, no dia 14 de fevereiro. Em março o tema tratado foi gênero. No dia 8, com ajuda do Centro Popular



Maristela Vitoria

da Mulher, falou-se sobre as relações de gênero. Já no dia 24 de março, o encontro foi sobre Gênero na CPT, com a ajuda de Isabel Cristina, agente da CPT. Em junho, no dia 22, foi debatido o documento *Os pobres possuirão a terra*, pelo Dia Nacional de Formação da CPT. Novas discussões foram agendadas até o final do ano, dando continuidade ao projeto Diálogos e Saberes.

DIREITO À ÁGUA

Gotas de luta

MARCILENE APARECIDA FERREIRA

A Lei das Águas (Lei 9.433/97), em seu primeiro inciso do art. 1º, define a água como bem de domínio público. Embora permaneça o sentido público, entendemos nesta concepção a inconstitucionalidade do inciso, pois se trata de um bem de natureza difusa, nem público e nem privado, em concordância com a advogada ambientalista Luciana Cordeiro de Souza (2004, p. 82). Segundo ela, a definição da Lei de Águas é imprópria, pois ao falar que a água é bem de domínio público, vai contra o texto constitucional que já estabeleceu que a água é um bem ambiental, e portanto, de uso comum do povo e, em conformidade com a Lei 8.078/90, art. 81, parágrafo único, I – trata-se de bem difuso.

Luciana Cordeiro de Souza, ao defender a inconstitucionalidade deste texto da Lei das Águas, cita os professores Celso Fiorillo e Marcelo Abelha

Rodrigues, que discorrem sobre a diferenciação das classificações de bem privado, público e difuso. “Percebe-se, pois, com um mínimo de sensibilidade que não há como se coadunar o conceito de bem público com o conceito de bem difuso, já que ou se alarga demasiadamente a definição de bem de domínio público e, portanto, acaba por descaracterizá-lo, ou então se admite uma transformação no sistema, de forma que os bens de domínio público seriam espécies de um gênero bens da coletividade, no qual se incluiriam os bens difusos.”

“(…) o artigo 225 trata de bens de natureza difusa e bens públicos. Essa conclusão se dá pelo fato de que, como já tivemos oportunidade de mencionar, tanto o bem previsto no art. 225, quanto aqueles arrolados nos supracitados incisos do art. 20 da Carta Magna (assim como quaisquer outros que possuam natureza ambiental) eram, até o advento do CDC, encartáveis sob o rótulo de bens públicos.”

“Verifica-se que o meio ambiente teve seu regime jurídico especificado na Constituição Federal como bem de uso comum do povo, o que significa lhe ter sido dada a qualificação jurídica de um bem que pertence à coletividade. O meio ambiente não integra, por via de consequência, o patrimônio do Estado, sendo para este um bem indisponível, cuja preservação se impõe em atenção às necessidades das gerações presentes e futuras. Em matéria de meio ambiente, portanto, o Estado não atua jamais como proprietário desse bem, mas diversamente, como simples administrador de um ‘patrimônio’ que pertence à coletividade no presente, e que deve ser transferido às demais

João Ripper



gerações do futuro.”

Contudo, a lei, no seu art. 1º, ao estabelecer os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, refletiu uma impropriedade. No inciso I desse artigo, a água é vista como um bem de domínio público. A definição é inconstitucional, conforme foi demonstrado, a água é um bem tipicamente ambiental, sendo, portanto, de uso comum do povo, e, em conformidade com a Lei 8.078/90 (art. 81, parágrafo único, I) bem difuso. Dessa forma, o art. 1º, I, encontra-se em total desarmonia com o Texto Constitucional, não encontrando neste qualquer suporte de validade.

Conclui Luciana Cordeiro, após estudar as definições sobre domínio que seu sentido “equivale à propriedade, e o bem ambiental não possui proprietário, pois se trata de um bem de uso comum do povo, sua titularidade é indivisível, portanto não há como se falar que a água é um bem de domínio público.”

Implica que a nova lei deveria ter assimilado o conteúdo constitucional. A água de domínio público pode ser concedida para uso privado por meio de outorga. A gestão pública e a participação da sociedade tornam-se fundamentais para não ocorrer desvio de sua finalidade enquanto bem ambiental: “A outorga – necessária para o bom gerenciamento das águas – não é uma ‘concessão’ que confere a seu detentor o poder de fazer com a água o que quiser. Uma empresa que consigne a outorga da água para irrigação,

por exemplo, não pode explorá-la comercialmente para o abastecimento ou para fins industriais. A outorga não pode – em nenhuma hipótese – estar desvinculada de uma demanda de consumo humano ou de um projeto produtivo (agrícola, comercial ou industrial) e deve ser anulada de ofício caso não se implemente o projeto. A lei deve proibir explicitamente a compra e venda de direito parcial ou total de outorga (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2004c, P.13)”

Os poderes públicos federal ou estadual não são proprietários da água, como bem explicita Paulo Affonso Leme Machado (2002, p.25), referente ao poder do domínio público estes entes são “gestor desse bem, no interesse de todos. O ente público não é proprietário, senão no sentido puramente formal (tem o poder de autotutela do bem), na substância é um simples gestor do bem de uso coletivo.” O domínio público das águas, presente na Lei das águas deve ser compreendido no sentido de bem de uso comum do povo, que confere ao poder público o poder-dever de proteger e garantir a gestão democrática do bem ambiental “água”.

Referências Bibliográficas:
CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Texto-base da campanha da fraternidade de 2004. Brasília, CNBB, 2005.
MACHADO, Paulo Affonso Leme. Recursos hídricos: Direito brasileiro e internacional. São Paulo: Malheiros, 2002.
SOUZA, Luciana Cordeiro de. Águas e sua proteção. Curitiba: Juruá, 2004.

Sara Vitória



NOVAS PROPOSTAS

Povos do campo realizam encontro

CRISTIANE PASSOS

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo realizou em Brasília, Distrito Federal, entre os dias 23 e 25 de julho, o Encontro Nacional dos Povos do Campo. Com cerca de 300 participantes, o Encontro discutiu a reforma agrária no Brasil e apresentou propostas para o governo que será eleito em outubro, além de cobranças e reivindicações para o campo, destinadas ao presidente Lula.

O debate inicial foi sobre o contexto do setor agrário brasileiro na atualidade e suas perspectivas, com a assessoria do geógrafo e professor da Universidade de São Paulo, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Segundo ele, os movimentos sociais não podem mais se contentar com baixos números de assentamentos e devem retomar a meta do 2º Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado por Plínio de Arruda Sampaio e que não foi cumprido, pois previa

Clóvis Reis / Rede Rua



o assentamento de 450 mil famílias durante o governo Lula. “Não há nenhum país capitalista no mundo que não tenha feito reforma agrária ou outras políticas similares de acesso à terra”, completou.

Lideranças das entidades ligadas à luta pela terra, como a Comissão Pastoral da Terra, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), além de representantes dos quilombolas, expu-

seram os principais pontos das lutas e as dificuldades que os movimentos enfrentaram no atual governo. Os participantes ainda puderam expor suas opiniões nos diferentes momentos de discussão do evento.

A plenária se dividiu em doze grupos temáticos que apresentaram as sínteses de suas reflexões, que foram incluídas no documento produzido no último dia e assinado pelas 45 entidades do Fórum. O texto foi divulgado à sociedade e entre os participantes ao final de uma marcha, realizada 25 de julho, Dia do Trabalhador Rural, com cerca de dois mil participantes do Encontro Nacional dos Povos do Campo e do

Cristiane Passos



Cristiane Passos



II Congresso da Pastoral da Juventude Rural

Durante cinco dias, de 23 a 27 de julho, cerca de 1,5 mil jovens debateram o modelo de um Plano Camponês para o Brasil, a reforma agrária e a necessidade de investimentos específicos para a juventude camponesa. Os jovens, reunidos em Brasília, vieram de dezoito estados brasileiros.

Durante o II Congresso da Pastoral da Juventude Rural foram realizados painéis e debates em

grupo. Ao final, os jovens elaboraram uma carta que foi entregue ao presidente Lula. O documento apresentava reivindicações como investimentos específicos para a juventude camponesa, geração de empregos e ampliação de recursos para a educação no campo. Foi a primeira vez na história do Brasil que um presidente da República recebeu a Pastoral da Juventude Rural para uma audiência.

II Congresso da Pastoral da Juventude Rural.

Durante a marcha, os trabalhadores rurais, representantes das entidades e movimentos fizeram o enterro simbólico do agronegócio, da corrupção, da guerra e da criminalização dos movimentos sociais em frente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os povos do Oriente Médio receberam solidariedade dos manifestantes através de uma carta distribuída no local.

DOCUMENTO DAS IGREJAS

Os pobres possuirão a terra?

NANCY CARDOSO

O documento construído e assumido por lideranças de diversas igrejas sobre a questão da Terra no Brasil deve ser lido de modo apocalíptico ou integrado (Umberto Eco)? Utópico ou realista? O título seria um slogan litúrgico ou um programa político?

Afirmar que “os pobres possuirão a terra” num momento de retomada da concentração da terra no Brasil pelo modelo do agro-hidronegócio e pela expansão de grandes projetos de infra-estrutura que devoram milhares de quilômetros de chão, floresta, rios e modos de vida pode parecer mais uma frase de efeito incapaz de lidar com a realidade.

Entender o desassossego do salmo bíblico como estimulante para políticas realistas de adaptação dos pobres ao espaço possível, permitido e deixado pelo capital significa embarcar nas políticas da soja ética, da monocultura do eucalipto ecológico, do manejo de rios e populações transplantados, da reforma agrária anexada ao capital. Os pobres possuirão o que o capital deixar.

Jogar a inquietação deste pequenino versículo bíblico para um futuro revolucionário restaurador de relações ambientais e sociais exigiria uma compreensão mágica de um processo revolucionário que não cabe na dialética do concreto de nenhuma militância real. Os pobres possuirão... seja lá o que sobrar de terra.

Esta compreensão mágica restauradora das relações ambientais e sociais teria de pressupor uma presença de Deus no mundo e na história para além do mundo e da história. Apesar do corpo do mundo e da história hu-

mana. Contra a geografia e seus viventes. E aqui seria preciso pedir explicações teológicas ao documento.

O que significa teológica e pastoralmente afirmar que OS POBRES POSSUIRÃO A TERRA?

“O discurso sobre a utopia me desagrada porque é um discurso sobre o que não existe”, prosseguiu. “O que transformou o mundo não foi a utopia, mas a necessidade. Se a realização de nossas utopias ocorresse em breve, não seriam chamadas de utopia, mas sim de muito trabalho e dedicação”, insistiu. (José Saramago, debate no Fórum Social Mundial)

O texto afirma a história como conflito, assume a luta de classes como cenário trágico de disputa de modelos de estar no mundo e seus seres... e faz uma escolha: OS POBRES. A TERRA.

O texto bíblico não é detalhe ornamental. Um texto antigo. Nada utópico, o texto bíblico é memória dos oprimidos, suas lutas e caminhadas pela terra de precisão e promessa. O texto bíblico fala de um coletivo, dos oprimidos (anawim), os pobres e necessitados, os afligidos.

O verbo “Yarash” é mesmo tomar posse, possuir, ocupar, herdar a terra, mas de uma forma conflituosa... des-

so, solo, mundo.

É uma afirmação de fé. É a afirmação do espaço e da intensidade da experiência de Deus: na história, no mundo. Com os pobres e a terra. Tudo necessidade. Tudo desejo. Tudo precisão.

O texto diz:

Por isso convidamos todas as pessoas, de qualquer credo, que desenvolveram o senso de justiça e fraternidade a que procurem conhecer mais e em profundidade a emergência da situação ambiental e a realidade das pessoas que vivem da terra, a se solidarizarem com elas, a apoiarem suas, mais que justas, lutas e reivindicações. Convidamos toda a população brasileira para juntos procurarmos construir uma sociedade alicerçada na solidariedade capaz de combater a idolatria do mercado.

Os requisitos exigidos pelo documento são o senso de justiça e de fraternidade, o conhecimento em profundidade da situação ambiental e social, a solidariedade e o apoio nas lutas das pessoas que vivem da terra. Estes requisitos vão ser concretizados na frase final: o combate organizado da idolatria do mercado! Tarefa política e teológica. Desafio para a CPT.

É necessário superar a visão predominante no mundo neoliberal que, ao olhar a terra, a água e as florestas, só enxerga “recursos naturais” a serem transformados em ganhos e lucros, para recuperar e reconstruir, com firmeza e coragem, a compreensão das nossas populações ancestrais que veneravam a terra como fonte do axé, como pachamama, como adamah, verdadeiro útero gerador perene de vida. “Somos da terra e dela recebemos o que é nosso”.

João Ripper



Aceito a provocação de Saramago: não se trata de utopia... mas necessidade. Precisão (como modo ativo de precisar... de querer muito!) O documento Os Pobres Possuirão a Terra não é um texto utópico, uma referência de trabalho, um roteiro a ser consultado. O documento é resultado, ele mesmo fruto da necessidade, nascido do trabalho e da dedicação de gente comprometida com a luta pela terra.

possuindo para possuir; desocupando para ocupar; deserdando para herdar. O tempo do verbo aqui é outra maravilha: é um presente aberto de futuro. É o modo de ação – o contexto – que caracteriza a ação como acabada ou não: passado, presente ou futuro.

E a terra: ‘arets! Tanto pode ser a terra sob os nossos pés, como a terra-planeta. Melhor assim: os pobres possuirão a terra sob seus pés e o planeta!! Território, região, pedaço, sub-



Maristela Vitória

Ouve o grito, Senhor!

*Ouve o grito, Senhor!
Do reclame da fome e da miséria.
Dos que sofrem...
Das famílias destroçadas,
destruídas, desnutridas...
Da falta de agasalho, da terra, da
moradia, da saúde... pobrezinhos...
Do choro, da lágrima, da aflição, da
covardia...
Papaizinho! Óh Deus dos pobres,
onde estás?
Escute-me, preste atenção!
É fraca a nossa mesa, é fraca nossa
alimentação.
Nossa terra... com quem está?
O pobre não se acomoda. Acorda.
Reage.
Nossa terra não é negócio...
Nossa terra não é mercadoria!
Nossa terra é para "arrancar" o pão
para nossos filhos e filhas.
O pão do "tamanho da fome deste
mundo!"
Pois é ela o alimento.
É ela que partilha...
É ela que reparte...
É ela que convida...
Pois é com ela que nos alegramos!*

Pe. Valter José Fiorentin
(Salmo feito no dia nacional de formação
– 22 de junho de 2006).

Sementes de transformação

CRISTIANE PASSOS

O Grito dos Excluídos é uma proposta que saiu da reunião de avaliação da 2ª Semana Social Brasileira, ao final de 1994, como um meio de dar continuidade ao que foi discutido durante a Semana. Com isso, em 7 de setembro de 1995 aconteceram romarias, caminhadas, participação de forma crítica nos desfiles oficiais, teatros, encenações, coreografias e entrega de abaixo-assinados às autoridades com reivindicações dos excluídos. Foi o 1º Grito dos Excluídos.

O Grito contou com o apoio dos movimentos populares em geral, das centrais sindicais, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Central dos Movimentos Populares. Comunidades, paróquias, dioceses e pastorais, como a Comissão Pastoral da Terra, também deram apoio à manifestação. Com o objetivo de anunciar a vida em primeiro lugar, de ser voz e vez dos excluídos, o Grito passou a ser realizado todos os anos com temáticas e lemas diversificados e de acordo com o contexto sócio-político do nosso país.

O Grito dos Excluídos 2006 teve como lema "Brasil: na força da indignação, sementes de transformação." Esse ano ele trouxe como eixos temáticos paz e justiça, direito de todos à alimentação, oportunidades de trabalho sem discriminação, soberania nacional, reforma agrária e urbana e uma democracia participativa.

Em São Luiz, Maranhão, o Grito dos Excluídos aconteceu no Largo de São Pedro, já em Natal, Rio Grande do Norte, o Grito foi realizado no dia 6 de setembro com uma caminhada entre o bairro de Mãe Luiza e o centro da cidade, onde está localizada a Catedral. Lá foi realizada uma celebração eucarística e o plantio de duas árvores que serão símbolos dos padres João Maria e Sabino. Os dois são considerados os profetas do bairro de Mãe Luiza. Em Mossoró, RN, foi criado este ano um espaço de discussão para as atividades do Grito e suas implicações, o



Maristela Vitória



Maristela Vitória

endereço é espacoxiquexique@servpro.com.br.

Ainda no nordeste, em João Pessoa, Paraíba, 1500 pessoas, motivadas pela indignação e pela esperança, se reuniram no dia 7 de setembro. A concentração para o Grito foi atrás do Cassino da Lagoa. Em Maceió, Alagoas, o Grito teve início com uma missa na Paróquia de São José de onde os participantes seguiram para uma caminhada, com três paradas, em direção ao Dique Estrada. Já em Recife, Pernambuco, vários gritos ecoaram com as vozes dos sem-terra, dos sem-teto, dos pescadores e das mulheres, na perspectiva de que todos se juntem em uma sociedade de iguais.



Maristela Vitória



Arquivo CPT Nacional

Em Goiânia, Goiás, o Grito foi a favor das reformas agrária e urbana. Houve uma caminhada entre o Parque Agropecuário da cidade e o Incra. Em Brasília, Distrito Federal, foram realizados pré-ritos em acampamentos e assentamentos, panfletagem nas ruas, rodoviária e cidades satélites. Dois grupos foram criados para a elaboração do Mapa da Exclusão. Nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, Mato Grosso, o Grito teve como objetivo denunciar todas as formas de exclusão e desmascarar a atual política econômica dependente que privilegia o capital financeiro. O Grito em Porto Velho, Rondônia, contou com uma caminhada entre a Igreja Santa Clara e a Escola Marcelo Cândia. Foram realizadas três paradas, em cada uma houve o plantio de 12 árvores.

Na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, o evento destacou duas temáticas importantes para o Estado, a reestatização da Vale do Rio Doce e a redução de tarifas de energia elétrica em Minas. Em Araraquara, São Paulo, o Grito teve uma caminhada entre a Praça Santa Cruz e o Parque Infantil, onde foram realizados atos ecumênicos e atividades culturais.



Maristela Vitória

CPT e o Grito dos Excluídos

A articulação nacional do Grito dos Excluídos se reúne quatro vezes ao ano, em São Paulo, para discutir as temáticas a serem incorporadas pela manifestação e para preparar o material de divulgação. Esse coletivo se reúne uma vez ao ano, geralmente em abril, com os articuladores regionais como uma maneira de aproximar as duas instâncias e, a partir disso, pensar as mobilizações regionais. Afinal, a força do Grito está nas regiões e é de acordo com as demandas de cada uma delas, com a realidade das regiões, que a temática do Grito é escolhida. O Grito nacional é um ato simbólico realizado em Aparecida do Norte, SP. A CPT, como entidade integrante dessa articulação, sempre esteve presente. Nos últimos três anos, ela foi representada por Juvenal José da Rocha, da coordenação nacional. Em entrevista ao Pastoral da Terra, Juvenal dá mais alguns detalhes sobre o Grito.

Quando a caminhada da CPT se cruza com os objetivos do Grito dos Excluídos?

Juvenal - Quando se propõe a unificação das entidades para lutar por uma causa comum: A inclusão dos que estão fora dos direitos necessários para viver. O direito à liberdade, à saúde e à educação. O direito de ser gente e ser respeitado!

Como foi a articulação dentro da CPT para realização do Grito desse ano?

Desde a criação do Grito, na década de 90, a CPT é parte integrante da organização, promoção e articulação do Grito Nacional, que acontece em Aparecida e também nos estados, juntamente com as pastorais e os movimentos sociais. Todos os anos, na reunião dos coordenadores/as, todos são informados/as e recebem por parte da organização nacional os materiais produzidos para subsidiar as preparações locais.

Qual é, na sua opinião, a importância do Grito dos Excluídos para os movimentos sociais e populares?

Em primeiro lugar, por ser uma manifestação na qual todos os movimentos e pastorais sociais se unificam na luta por um objetivo: mostrar para a sociedade que a exclusão ainda é grande e que só se poderá dizer que temos uma Pátria livre quando todos e todas tivermos os direitos básicos garantidos e respeitados.

Quais os resultados mais visíveis da realização do Grito?

É colocar a sociedade ciente das questões nacionais, que violam os direitos humanos. Mostrar que um outro mundo é necessário e possível, quando há união pela causa da justiça! Mostrar que a ética não pode ser destruída por interesses pessoais egoístas. E por colocar as pessoas na rua, provocando-as para que saiam do comodismo e lutem pela justiça!

Setor de comunicação da CPT Nacional

ROMARIAS DA TERRA E DA ÁGUA

Em busca da “Terra Prometida”

CPT Pontal



CRISTIANE PASSOS

Todos os anos, acontecem no Brasil mais de vinte romarias da Terra e da Água com temáticas variadas, mas todas com o mesmo propósito, o de se fazer ouvir o clamor do povo do campo. Promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em parceria com igrejas e demais movimentos, elas denunciam a realidade, a opressão e as injustiças vividas pelos camponeses e camponesas.

A primeira romaria aconteceu em 1978. A CPT apoiou o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) na realização de uma grande Romaria que marcou o segundo centenário do martírio dos índios na destruição da República dos Guaranis. Por sugestão de Dom Pedro Casaldáliga, que lembrou que aquele ano de 1978 havia sido declarado o “Ano dos Mártires”, a Romaria foi realizada como o Grito dos Mártires. O local escolhido foi o município de São Gabriel, Rio Grande do Sul, mais precisamente Caiboaté, a terra em que

Sepé Tiaraju e seus 1.500 companheiros lutaram até a morte pela posse do território do povo Guarani. A partir daí, as romarias se multiplicaram contribuindo para o fortalecimento da luta pela terra e dos movimentos populares.

As romarias reafirmam a fé no Deus dos pobres e o sonho pela democratização da terra, relembra as experiências de peregrinações do povo da Bíblia, e une a procura de Deus à busca da terra prometida. No livro sagrado, Abraão, indo ao chamado de Deus, sai em caminhada com a sua família de Ur, na Caldéia, em busca da Terra Prometida (Gn, 12). Mais tarde, o povo de Deus que era escravo no Egito, liderado por Moisés, foge e peregrina rumo à terra da promessa. A partir daí, a cada ano os hebreus se juntavam para lembrar e celebrar este acontecimento. Também Jesus, seguindo a tradição de seus pais, participou de romarias ao Templo de Jerusalém.

Aos poucos foi sendo incorporada à Romaria da Terra a questão da água.

Depois que a Assembléia Nacional da CPT, em 1999, assumiu a questão da água, como um dos seus eixos de ação e a sua preservação como missão, praticamente em todas as romarias incorporaram essa temática. Trabalhadores rurais passaram a se unir em caminhada não só pela terra, mas também pela preservação e o acesso à água. Em 2004, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a partir de proposta da CPT, usou essa temática para a Campanha da Fraternidade, com o lema “Água fonte de vida”.

Durante os meses de julho a setembro foram realizadas várias romarias de norte a sul do país. Em Anapú, Pará, foi celebrado a Primeira Romaria da Floresta.

Bahia

“Um rio de águas vivas brota de Deus! Às suas margens árvores alimentam e curam o povo”. Entre os dias 14 e 16 de julho foi realizada a 29ª Romaria da Terra e das Águas, em Bom Jesus da Lapa, BA, às margens do rio São Fran-

cisco. A temática central da Romaria foi a preservação do velho Chico.

Maranhão

“Maranhão: Grandes Projetos Desmatam e Matam.” Foi realizada entre os dias 14 e 16 de julho a 9ª Romaria da Terra e da Água no município de Zé Doca, MA. Tendo como tema os grandes projetos que desmatam e matam, a Romaria refletiu sobre as agressões causadas ao meio-ambiente em que matas e cerrados são destruídos, as águas são poluídas e envenenadas e os direitos humanos são desrespeitados. Ao final da Romaria foi distribuído entre os participantes o panfleto “Fique de olho no Crédito Fundiário”, que alerta sobre as armadilhas do programa de crédito fundiário.

Mato Grosso

“30 anos do assassinato de Padre João Bosco Penido Burnier”. A Romaria dos Mártires da Caminhada foi celebrada entre os dias 15 e 16 de julho no município de Ribeirão Cascalheira,



CPT Pontal

CPT Paraná

CPT Paraná

MT, junto ao Santuário dos Mártires da Caminhada. Foram lembrados os 30 anos do assassinato de Padre João Bosco Penido Burnier, além dos também 30 anos do assassinato de Padre Rodolfo e do índio Simão Bororo, dos 250 anos do martírio de Sepé Tiaraju e dos 20 anos da morte de Padre Josimo e Vilmar de Castro.

Pará

“Celebrar o compromisso de defender a vida da floresta, do povo, do planeta”. Esse foi o objetivo da Romaria da Floresta, realizada entre os dias 22 e 25 de julho, contou com a participação de cerca de 500 pessoas que caminharam 55 quilômetros de Anapu ao local em que Irmã Dorothy Stang foi assassinada. Na Romaria, os participantes refletiram sobre os problemas ligados à floresta Amazônica e lembraram a vida e ação da missionária Dorothy.

São Paulo

“Levanta-te por Terra, Água e Pão! Direito de todos”. Aconteceu no dia 30 de julho a 2ª Romaria da Terra e das Águas da diocese de Presidente

Prudente, no pré-assentamento Chico Mendes, município de Rosana, SP, às margens do rio Paraná. Centenas de pessoas acompanharam a Romaria que teve a proposta de restaurar a fidelidade e a aliança com o pequeno resto do povo de Deus, numa clara opção ao Deus dos pobres a serviço dos povos da terra (Colaboração da equipe CPT Pontal).

Paraíba

“A Água traz a vida, a Terra gera o pão, a Fraternidade constrói um mundo irmão”. Foi realizada nos dias 12 e 13 de agosto a 13ª Romaria da Terra e da Água do Sertão. Os participantes caminharam da Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso ao assentamento Jacu, no município de Pombal, PB.

Paraná

A 21ª Romaria da Terra do Paraná foi realizada no dia 20 de agosto na cidade de Tamarana, diocese de Londrina (PR). O tema escolhido para a Romaria, “pobreza no campo”, teve o objetivo de chamar a atenção para o abandono imposto a maior parte da população que ainda vive no campo,

enquanto os grandes fazendeiros recebem benefícios de políticas públicas voltadas ao agronegócio. Durante a caminhada, cerca de 30 mil alianças de tucum foram distribuídas como símbolo do compromisso dos participantes com a causa de libertação dos pobres. A Romaria propôs o protagonismo dos povos do campo na construção de um outro modelo agrário para o Brasil. (Colaboração da equipe CPT Paraná)

Minas Gerais

“Terra e água, força de vida. Vida em abundância para toda a criação!” A cidade norte-mineira de Janaúba sediou, no dia 20 de agosto, a 10ª Romaria das Águas, evento organizado pela CPT, em conjunto com a Cáritas Brasileira - Regional MG. Várias caravanas foram recebidas na praia do Copo Sujo, onde teve início a missa. Logo depois foi realizada a caminhada, que passou pelas ruas da cidade até a praça da Catedral, num percurso de cinco quilômetros. Os organizadores da caminhada, aproveitando a presença de alguns candidatos ao governo do Estado, abordaram o tema da transposição

do rio São Francisco e da necessidade da preservação e restauração do rio e de seus afluentes.

Dom José Mauro Pereira, vice-presidente da CPT nacional, presidiu a celebração. De acordo com ele, a Romaria deve servir de reflexão sobre a questão das terras e das águas. “Devemos direcionar nossas orações e ações para esta problemática tão presente hoje”, completou. A cidade de Belo Horizonte sediará a Romaria em 2007. (colaboração de Mateus Nascimento – Rede de comunicadores da CPT)

Pernambuco

Entre os dias 9 e 10 de setembro foi realizada a Romaria dos Crucificados da Cana, em Palmares, PE, com o tema “Os Crucificados da Cana. ‘Vi a opressão e ouvi o clamor do meu povo (Ex 3,7)’”. Os romeiros percorreram 12 quilômetros entre as cidades de Meia Légua e Cortês, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Foram feitas paradas no Engenho Capivara e na Agrovila, como forma de demonstração de solidariedade aos trabalhadores explorados no corte da cana da Mata Sul do Estado.

RESGATE HISTÓRICO

A CPT na Paraíba

Com base no documento “Os pobres possuirão a Terra”, a CPT Paraíba celebrou, no dia 30 de junho, os 31 anos de caminhada da CPT. Para resgatar a história da CPT no Estado, os agentes tiveram a contribuição do Pe. João Maria Cauchi e Dom José Maria Pires. O grupo se organizou em círculo e, ao centro, foram colocadas diversas fotos, bandeiras e cartazes, que auxiliaram na tarefa de fazer a memória. Primeiro lembrou-se o contexto histórico da organização da CPT ainda em Goiânia, Goiás, em 1975, no período da ditadura militar, em que o povo era proibido de se encontrar, fazer reuniões. A Igreja teve um importante papel, acolheu o povo e deu condições para ele se organizar.

Dom José Maria Pires, bispo emérito da Paraíba, auxiliou no resgate



da memória no Estado. Segundo ele,



Ilustração Paulo Couto Teixeira - Pulika

a perseguição e a violência dos latifundiários contra os camponeses e agentes na Paraíba era grande. Mas a Igreja, por seu intermédio, interveio diversas vezes na soltura de agricultores e agentes presos. Ela também foi presen-

ça solidária, persistindo e resistindo junto ao povo camponês. A Pastoral Rural surgiu no Estado a partir de Dom José e junto a ele estavam outros bispos, como Dom Hélder e Dom Fragoso. Através deles, a Igreja contribuía para que os trabalhadores permanecessem na terra. Mesmo assim, muitos acabaram deixando o campo e indo para as cidades, onde não encontravam melhores condições de vida, mas sobreviviam.

Primeiras lutas

Mucatu foi a primeira luta dos tra-

balhadores na região. A fazenda possuía 10 mil hectares, dos quais, cinco mil foram desapropriados. Ela foi a primeira propriedade a ser dividida de acordo com a lei. A concepção da Igreja era que, por não poder arranjar dinheiro para satisfazer as necessidades do povo, ajudaria na conscientização. A segunda ocupação foi a de Alagamar, quando Dom José escreve a primeira carta pastoral questionando porque o governo não comprava a terra de Alagamar para o povo. As ocupações foram sendo realizadas à medida que os camponeses se organizavam contra o latifúndio, com o tempo, elas foram se intensificando.

Dom José Pires ainda relatou sobre como a Pastoral Rural passou a ser CPT na Paraíba, que já existia como Pastoral da Terra em outros estados. Uma das grandes preocupações era, e ainda é, a Reforma Agrária. O governo, na época, só tinha olhos para o gado e o proálcool. Com a CPT a espiritualidade adquiriu um compromisso com os pobres, o trabalho foi assumido pelo povo e apoiado pela Igreja que tinha como prioridade assumir a causa dos pequenos. Nesse processo, alguns assentamentos foram conquistados pelo povo.

Essa história precisa animar a todos/as a continuarem na caminhada.

Texto produzido pela equipe da CPT em João Pessoa

Salmo de Ação de Graças pelos 31 anos de existência da CPT

PRODUZIDO PELA EQUIPE DA PARAÍBA

Deus, Pai e Mãe da criação, Tu, que criaste o universo para que todos os seres vivessem em perfeita harmonia, queremos agradecer por tua presença renovadora no meio de nós, mulheres e homens que sonhamos com a construção de um mundo novo.

Ajuda-nos a combater o mal que contamina a nossa mãe terra. O mal do latifúndio, do agronegócio e dos agrotóxicos. Ilumina-nos, na busca dos nossos direitos, do acesso à terra e à água.

Nós te louvamos, ó Deus Criador, por nos dar força e coragem para lutar com muito amor, para recriar este mundo destruído pelo opressor.

Assim, como criaste o mundo em perfeita harmonia, ilumina nossos passos para

lutarmos por melhorias, nesta luta sem cessar, em busca de melhores dias.

Deus da vida e da esperança, que possas libertar o teu povo na luta pela liberdade da terra neste mundo tão desigual.

Te agradecemos, ó deus da vida, pela luta e resistência dos agricultores em busca da terra prometida.

Agradecemos por nossas conquistas e nossa ousadia. Obrigado Senhor pela esperança e força que nos alimenta na continuação de nossa caminhada.

Senhor, nós te louvamos pelos 31 anos de existência da CPT. Ela que, durante esse tempo tem contribuído para que a vida possa ser possível para um número maior de pessoas.

Te louvamos também pela esperança que aparece no meio dos pobres, dando-lhes coragem para lutar por dias melhores.

AGENTE DE PASTORAL

Mediação ou protagonismo?

EVANILDO P. LIMA

Somos diariamente colocados em situações extremas e surge a indagação: atuamos em processos sociais na condição de protagonistas ou mediadores? Se por um lado, estar à frente, animar processos, pode levar ao erro de bloquear a autodeterminação de pessoas e grupos; por outro, se nos limitarmos a sempre assessorar, facilitar, como se não fôssemos responsáveis, apenas bons conselheiros, nos afastaremos do meio do povo.

Não queremos fazer uma defesa incondicional, digo da mediação ou do protagonismo, acreditamos e advogamos com base nos escritos de Paulo Freire: "... em processos sociais, as contradições, conflitos e consensos são partes de um todo, único, e que os mesmos são fundamentais para o amadurecimento individual e coletivo...".

A vida de agente de pastoral "não é mole". Trabalhar com gente "quebra a cabeça", "o bicho gente" é complexo. A rotina diária de muitas reuniões, encontros, desencontros, visitas às comunidades, longas viagens, tirar o tempo para dedicação a si mesmo, à sua família e, às vezes, até de melhor refletir os processos sociais em que se está envolvido/a. Os processos sociais são muitos, complexos e quase sempre relacionados. Às vezes, até contraditórios. Por isso, se faz necessário perceber os limites e possibilidades da atuação do agente, militante ou animador, no sentido do fortalecimento das organizações locais de base, da autonomia e autogestão, da democracia interna, da criação de redes e de articulações entre movimentos, assim como no sentido do surgimento de gente nova nos grupos.

Entende-se por protagonismo, o ato de autodefinir-se, de ter a iniciativa, animar e conduzir tarefas, ou mais freirianamente "... é ser sujeito de sua própria libertação, em comunhão na libertação de outros...". Protagonizar uma atividade não significa necessariamente ser o destaque, ao contrário,

é quem já consegue com certa clareza enxergar a justeza da ação e procura com todas suas forças, animar, agir com esperança para que outros também juntos protagonizem. É evidente que o perigo ronda e há o risco de se tornar o único e maior interessado, transformando o que é coletivo em desejo individual.

Por sua vez, a mediação é entendida como o ato de estar no meio, envolta, "ser fermento entre os pobres", como disse Jesus. Mediamos para facilitar a realização de determinado objetivo ou, erroneamente, para evitar conflitos, simplificando a gravidade do que realmente é grave.

Protagonizar e mediar são atitudes esperadas de um agente, depende unicamente do momento e da situação, ou às vezes no mesmo processo social agimos ao mesmo tempo como animadores e como facilitadores, pois

a vida real não é mecânica, as pessoas não são máquinas, é no conflito, é no consenso que seguimos construindo.

Em outra oportunidade, Paulo Freire nos disse que "... Será obra dos próprios oprimidos libertarem-se de seus opressores, libertando-os..." Desta forma, cabe ao agente caminhar no sentido de também se libertar de seu opressor e em comunhão apoiar a libertação de outros irmãos e irmãs. É libertando-se que ajudaremos a outros a se libertarem. O contrário disso é só retórica opressora e conservadora. Assumir para nós, sempre, responsabilidades que são coletivas, irá nos levar à solidão e ao isolamento tedioso; talvez alguns nos acompanharão nesse caminhar de centralizar o pensar, o fazer, o falar, portanto, de sempre ter as "melhores idéias", mas ao nosso ver, muitos preferirão o caminho mais humano, o da troca, da co-responsabilidade, da partilha de opiniões, da escuta.

O outro extremo, o da mediação sem fim, a quase omissão completa, só nos afasta do povo, nos coloca sempre numa relação antidiológica, num patamar de superioridade, não envolvidos no problema. Para alguns, é melhor mesmo não haver envolvimento, assim nos preocupamos menos com os desafios coletivos e podemos seguir sendo o destaque. A exemplo dos caciques e pajés em tribos indígenas, com a diferença que estes últimos pelo menos sentem a dor de seu povo, são também povo. Por tudo isso, não gosto que me chamem de assessor, prefiro ser do povo.

O papel do líder é justamente apostar nas capacidades das pessoas, incentivá-las a caminhar, a dar seus pas-

sos, mesmo que levem algum tombo, caminhar incentivando outros a caminharem. Andar só, nem pensar.

Outro aspecto a ser observado é com relação à formação política e humana, a renovação de métodos e práticas de quem atua junto ao povo. Queremos fazer a defesa incondicional da capacitação dos agentes. Muitos deles foram forjados nos movimentos eclesiais católicos, nas delegacias dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) e em outros movimentos sociais ainda nos idos dos anos 70 – 80, e continuam com os mesmos hábitos desta época. Estão trabalhando com métodos e chaves de leitura da realidade que não se adequam mais aos dias atuais. Elementos importantes que foram sendo incorporados na luta, como gênero, etnia, avaliação da conjuntura, consciência de classe e ambiental, passam ao largo do trabalho destas pessoas. Acreditam que levar em conta o associativismo por si, em seus trabalhos, darão conta de toda realidade organizativa das comunidades. Ou pior, continuam fazendo "caridades" e "favores" aos grupos e comunidades, entendem o serviço e a doação como moeda de troca para o bom convívio.

Assim, é urgente que estes agentes, lideranças, militantes agendem momentos de formação como atividades prioritárias, para poderem refletir suas práticas, sistematizarem suas experiências. Caso contrário, continuarão, "ingenuamente" ou não, reproduzindo o sistema de dominação e opressão.

Processos sociais se dão no contraditório e nos consensos. A quem deseja transformações sociais profundas, a diminuição da miséria do povo, é preciso estar ciente desta realidade: continuar construindo outra cultura, a da autonomia, da autodeterminação das pessoas e grupos, se equilibrando na humildade para mediar e na ousadia para protagonizar, este é o caminho. Só resolvendo estas questões que a luta seguirá adiante, obtendo vitórias mais duradouras.



DIA DO AGRICULTOR E DA AGRICULTORA



Dia de luta e de luto

MARISTELA VITÓRIA

Em julho, no dia 25, entidades e movimentos ligados ao campo se mobilizam pelo Dia Nacional do Trabalhador e Trabalhadora Rural. Em alguns estados, como o Rio Grande do Sul, o dia é conhecido como o do agricultor e agricultura. E você, sabe o significado desta data e porque ela é lembrada? Para fazer este debate, o Pastoral da Terra pediu o auxílio de dois especialistas, Horácio Martins de Carvalho, assessor do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e da Via Campesina Brasil; e Bernardo Mançano, professor de geografia da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp).

Os trabalhadores rurais, segundo Martins, não têm muito o que comemorar no dia 25 de julho, já que são submetidos a um processo histórico de exploração econômica e aviltamento de sua dignidade. A data, para Mançano, tem que representar a resistência ao processo de dominação dos camponeses e trabalhadores rurais ao capital. “Suponho que esse dia seja um dia de luto e de luta: de luto pela perda de vidas nas lutas de resistência contra a opressão e pelo sofrimento em que se encontra a maioria do povo do campo, e de luta como expressão da esperança para superar os grilhões da opressão política, econômica e social”, complementa Martins.

25 de julho

A data é resultado de uma discussão entre os movimentos e organizações sociais populares do campo. Ela resultou de uma aproximação entre três datas historicamente instituídas pelo governo, portanto, de cima para baixo. O Dia do Trabalhador Rural, 25 de maio, instituído pela Lei nº 4.338, de 1º de maio de 1964. O Dia do Colono, em 25 de julho, celebrado no sul do Brasil, estabelecido pela Lei nº 5.496, de 5 de setembro de 1968, em comemoração à chegada dos primeiros colonos alemães ao Brasil em 1824, mais especificamente em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. E a terceira data é o Dia do Agricultor, criado pelo Decreto nº 48.630, de 27 de julho de 1960, em comemoração ao centenário da criação do Ministério da Agricultura, criado em 28 de julho de 1860.

Como a criação do dia é o resultado de decretos, propostos pelo governo, algumas pessoas questionam a sua importância. Para Martins, a data não tem a significação do 17 de abril, Dia Mundial de Referência da Luta Camponesa, em lembrança aos camponeses e camponesas mortos no massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996. Realmente a data não deve ser vista como uma forma de comemoração, mas de mobilização. Pensando assim, os movimentos sociais utilizam o 25 de julho para se manifestarem, trazendo para

dentro da sociedade brasileira o debate sobre a situação vivida pelas famílias brasileiras no campo.

Manifestações

Este ano, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo – que congrega 45 organizações, entre elas a Comissão Pastoral da Terra – e a Pastoral da Juventude Rural (PJR) realizaram dois atos, no dia 25 de julho, em Brasília pelo Dia do Trabalhador Rural. Um em frente ao Ministério da Agricultura contra o agronegócio, por significar a destruição da agricultura familiar, e o outro em solidariedade aos povos do Líbano. Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou manifestações em todo o país, cobrando mudanças na política econômica do Governo Federal e agilidade na Reforma Agrária.

Já a Via Campesina realizou uma série de mobilizações pelo país, reivindicando a realização da reforma agrária e denunciando a morosidade do Judiciário em analisar as desapropriações. Em Sergipe, 15 mil manifestantes fizeram uma marcha em Aracaju e conseguiram que 100 deles falassem com o presidente do Incra, Rolf Hackbart, que estava no Estado. Os trabalhadores reivindicaram a atualização dos índices de produtividade. As CPTs regionais também realizaram atividades pelo dia 25 de julho.

Setor de comunicação da CPT Nacional

Você sabia?

Ao falar, as pessoas não fazem diferença entre os termos trabalhador rural, camponês e agricultor. Mas é bom, ao menos, conhecer suas origens e como são utilizados. Por isso, nesta edição, trouxemos as definições trabalhadas pelo professor Horácio Martins.

Trabalhador Rural: A expressão trabalhador rural é utilizada predominantemente para significar os assalariados rurais, permanentes ou temporários, como por exemplo os cortadores de cana-de-açúcar, os catadores de algodão, os apanhadores de laranjas, os peões que manejam o gado e ou simplesmente aqueles que prestam serviços ocasionais como limpeza de pastos, conserto de cercas etc. O trabalhador rural, nesse conceito, não tem a propriedade dos meios de trabalho.

Agricultor: É uma expressão genérica, mais ao sabor da ideologia das classes dominantes, que tenta englobar todas as classes sociais que têm na terra rural sua base de produção agropecuária e florestal, seja o proprietário privado da terra, o posseiro, o agregado ou o assalariado rural, como exemplos. Tentam colocar no mesmo saco conceitual os latifundiários, os grandes empresários rurais, os assalariados rurais, os camponeses, os ribeirinhos, os quilombolas, dentre outros.

Camponês: Como camponês se entende aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativista, agrícola e não-agrícola, desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre o que fazer e como fazer dos que se apropriam dos resultados dessa produção. São muito diversificadas as formas e os tipos de camponeses: desde os colonos sulistas até os ribeirinhos dos rios da Amazônia; os geraizeiros dos Cerrados aos pescadores artesanais com terra agrícola; dos extrativistas aos que estabelecem contratos de integração com as agroindústrias.

ELEIÇÕES 2006

Legislativo em crise

ANTÔNIO CANUTO

Estamos enfrentando um período eleitoral difícil. A classe política nunca esteve tão desacreditada quanto hoje. Pipocam por todo lado denúncias de corrupção. Os escândalos do “mensalão” e das “sanguessugas” dominam os noticiários. Com isso, a classe política torna-se cada vez mais desacreditada e o exercício do voto distancia-se, cada vez mais, de uma prática de cidadania.

Alguns analistas políticos vêem com apreensão essas mudanças que acabam diminuindo o poder e a autonomia política do país, dando mais espaço ao poder econômico. O sociólogo Chico de Oliveira, durante a 18ª Assembléia da CPT, realizada em abril deste ano, falou um pouco sobre esse novo panorama. “Os escândalos mostram algo importante e triste. Mostram a irrelevância da política. É a economia que domina e por ela sacrifica-se tudo. A política que a sociedade inventou para corrigir as distorções e arbitrariedades está sendo anulada e se tornando irrelevante. A elite diverte-se em nos roubar e fraudar o espírito do povo”.

O PT, que era um reduto da ética na política, acabou enxovalhado pelas denúncias que o envolveram. Chegou-se a um rebaixamento dos partidos e dos políticos. Nestas eleições já não se discutem projetos. Tenta-se, a todo custo, e com uma publicidade massiva, resgatar a credibilidade de algumas figuras, na corrida pelos votos.

Diante deste quadro desalentador, algumas alternativas têm sido levantadas por movimentos populares, além de intelectuais e segmentos da sociedade. A defesa do voto nulo, seria uma dessas alternativas. A adesão maciça dos cidadãos a esta proposta daria o recado à classe política de que os brasileiros estão cansados de tantas

safadezas e hipocrisia. Entretanto, a tarefa não é fácil. Na realidade, quem acaba se beneficiando com toda esta crise instaurada é a classe dominante. Os políticos acabam se perpetuando em seus mandatos. A crise do Legislativo é um claro exemplo disso. O futuro desse poder já dá sinais de continuidade e preservação dos vícios burocráticos.

Refundar o legislativo?

A polarização das eleições se dá em torno dos candidatos a presidente. Criou-se um apelo em torno de uma reeleição ou não do governo PT. Logo em seguida, se dá a disputa pelos cargos do legislativo, deputados estaduais, federais e senadores. Dessa forma, o povo se volta à reflexão em torno da presidência e deixa de lado a escolha dos componentes desse outro poder. Com isso, o Legislativo mantém-se em torno das mesmas figuras conservando e concentrando o poder. Segundo Dom Tomás Balduino, conselheiro da CPT, “esta forma serve de proteção ao legislativo e tem consequências nefastas. Esta estrutura foi concebida para manter o poder. São

os únicos que legislam em causa própria. A participação popular vai só até a urna”.

De acordo com Chico Whitaker, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, do Legislativo depende o exercício dos outros poderes eleitos. “Numa democracia esse poder é o único que pode representar toda a sociedade. Por isso mesmo é ele que legisla, para os demais poderes e para todos os cidadãos. Presidente, governador, prefeito, todos dele dependem inteiramente: não podem fazer nada sem autorização legal. A tal de ‘governabilidade’ está em suas mãos.”

Whitaker propõe, então, uma refundação do legislativo. Mas como fazê-la se os responsáveis pela reforma política serão os mesmos parlamentares sobre os quais pesam as denúncias de corrupção? Segundo ele, “a única saída possível é mudar a lógica: uma dinâmica de ‘refundação’ do Legislativo tem que vir de dentro para fora desse poder. Para isso é preciso que nele exista um número suficiente de parlamentares que não vejam a ética como simples tática eleitoral, e que se proponham a lutar pela mudança desse poder como um compromisso

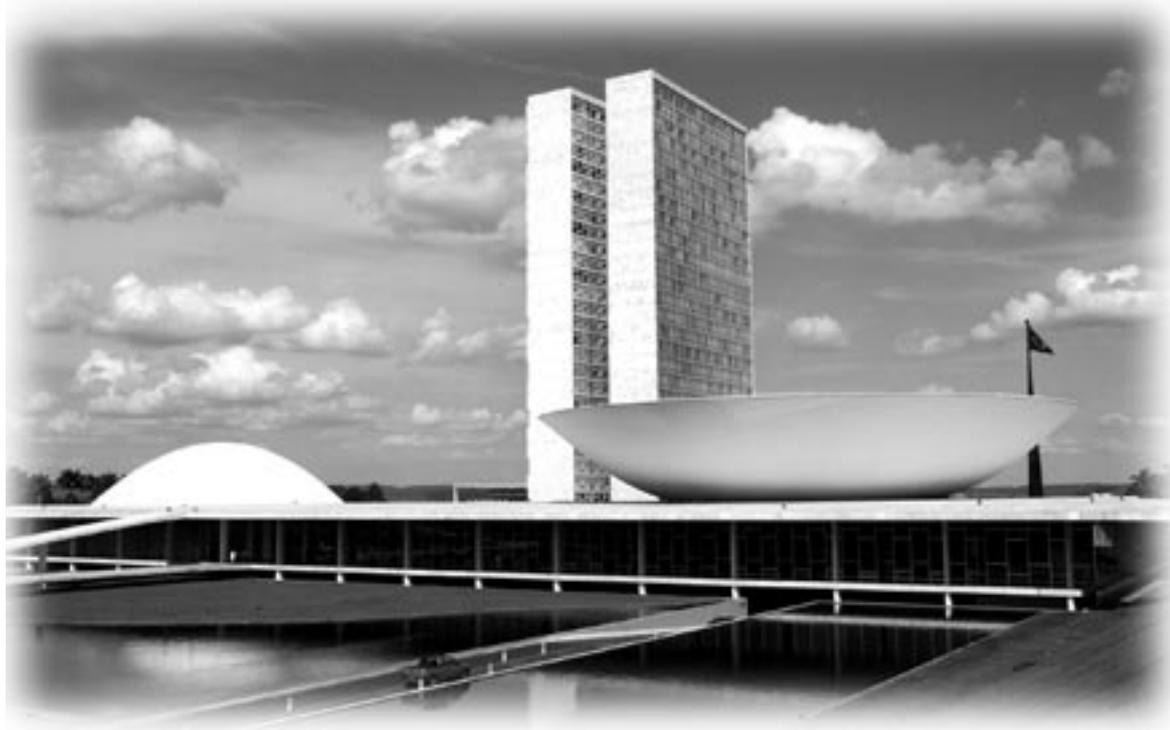
peçoal.” Ele vislumbra que a solução poderia ser a criação de um “selo de responsabilidade ética”, que indicasse quais candidatos, de quais partidos, estão dispostos a atuar como devem os representantes eleitos numa real democracia. Esse “selo” seria atribuído a quem assinasse uma Carta – compromisso. Entre os compromissos estariam, por exemplo, o de não se profissionalizar como político e o de não interromper seus mandatos para ocupar outros cargos.

Dentro dessa perspectiva de propostas, Dom Tomás, durante o Encontro Nacional dos Povos do Campo em

julho desse ano, foi enfático em defender a convocação de uma nova Assembléia Constituinte que teria como uma de suas principais tarefas realizar a reforma política.

O principal elemento para a reforma política é a conscientização da população brasileira sobre seu protagonismo na vida política. Sobre isso, o jurista Fábio Konder Comparato disse que “é preciso criar costumes democráticos em lugar da tradicional passividade diante dos oligarcas. E, de outro lado, urge desbloquear e alargar, na ordem jurídica, o uso dos instrumentos de democracia direta e participativa – o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular, os orçamentos participativos –, sem os quais não existe verdadeira soberania popular”. Ele propõe ainda que o controle popular inclua o poder de responsabilizar diretamente os governantes pelos desvios de conduta com a possibilidade de revogação popular de seus mandatos eletivos. Ou se faz uma profunda reforma política, ou não sairemos do fundo do poço.

banco de imagens Reynaldo Stavale



CULTURA

Em busca da terra de sossego

Final de tarde. O sol se põe à beira do Araguaia. Seguindo o ritmo penoso e angustiante do rio, quatro vultos se arrastam de baixo de uma chuva fina que parece querer limpar as impurezas do lugar. Mas as impurezas são muitas e seriam necessários infinitos dilúvios para limpá-las.

Os vultos carregam um caixão de madeira. É mais um Ceará, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Alagoas que será enterrado sem lápide, sem dignidade, sem paz. Nada o separará da terra agora, pois nem o caixão o acompanhará. Será utilizado apenas para carregá-lo até a cova e depois o guardarão para o próximo enterro, talvez daqui a algumas horas, no mais tardar amanhã.

Dois dos que o acompanham sabem que aquele mesmo caixão será seu futuro. Talvez dividam a mesma cova do que é enterrado agora. Afinal, não há mais espaço no cemitério para enterrar os peões que parecem chegar às dúzias, centenas. A morte parece ser a única libertação possível

para eles. Só com ela terão o pedaço de terra que lhes é tão caro.

A mulher que chora um choro sem início ou fim é chamada de prostituta por muitos: para os peões é a única referência de carinho desta vida que é prenúncio de morte.

É amante, filha, mãe, conselheira, ladra, cúmplice. É bem provável que tenha nascido na mesma cidade do corpo já frio no caixão. Dizem alguns ser sua irmã. Não resta dúvida: é irmã. Se não de sangue, ao menos e principalmente de dor.

O outro corpo franzino que vai atrás dos demais não é desta terra. Chegou para tentar acabar com a dor, mas hoje pergun-

ta se é capaz de, ao menos, amenizá-la. Perdeu a conta de quantos peões já encomendou. Perdeu a conta de quantas enchentes invadiram este cemitério santo, revirando as covas e, finalmente, libertando esses corpos tão calejados e vilipendiados.

Perdeu a conta de quantas lágrimas e sangue foram derramados. Só não perdeu a crença na justiça e na esperança. E nem a indignação. Por isso ordena que o corpo seja enterrado, não como a tradição manda: com os olhos virados para o rio, mas sim virados para esta terra infestada de latifúndios e ganância, como que cobrando por justiça.

Os quatro vultos vão completando vagarosa e ritualmente com terra vermelha os sete palmos em que agora jaz o corpo. A chuva cai com mais força. Os corpos que estão acima da terra estão encharcados. O que está embaixo, não mais. Os corpos que estão acima da terra retornam à vida em que a esperança é o único e já bem frágil alento. O que está embaixo, não mais. Os corpos que estão acima da terra não vão em paz. O que está embaixo tampouco.

Thalles Gomes

(Conto baseado nos relatos de Dom Pedro Casaldáliga, sobre a realidade dos trabalhadores migrantes escravos no Centro-Oeste do país)



Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

Brasil R\$ 10,00

Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

IMPRESSO

VIA AÉREA